

A aventura da emancipação



Por **LUIZ MARQUES***

Aos poucos, a esperança parece transitar da colônia de exploração para um povoamento, mesmo tardio

O movimento neofascista ficou mal-acostumado, após o *impeachment* que resultou do conluio entre a mídia corporativa, o Legislativo venal para perpetuar o clássico padrão de mando e obediência a serviço dos poderosos, e o Judiciário servil às inúmeras ilegalidades lavajatistas. Para Jessé Souza, no cordão dos descontentes, “o ataque a todos os tipos de garantias individuais e ao processo legal foi legitimado pelo Tribunal (leia-se a Suprema Corte) que precisaria defender a Constituição”.

O golpe pensado pelo despresidente Jair Bolsonaro, com auxílio do ajudante de ordens e apoio maciço no agronegócio, envolveu oficiais superiores do exército formados na Academia Militar de Agulhas Negras e setores das finanças e do empresariado que enxergam o país como um entreposto comercial das grandes potências.

A nobreza rastaquera compartilhou o desapego à democracia e à soberania popular em uma República, dada a atração fatal pelas promessas do *laissez-faire* e pela desigualdade social como vetor desejável da coletividade. A agenda racista, sexista e homofóbica nos costumes foi o anzol preparado para pescar o medo da mudança de papéis, na família patriarcal.

Imaginou-se que a moda antidemocrática poderia ser substituída pela truculência dos quartéis, aclamada por zumbis. Se Donald Trump tivesse sido reeleito nos Estados Unidos, a empreitada haveria saído do WhatsApp dos conspiradores. Com a aprovação imperial de Joe Biden à vitória de Lula da Silva à Presidência nas urnas eletrônicas, as Forças Armadas frearam a tentação golpista e frustraram os patriotas de festa junina e os muitos advogados da ciranda da Bolsa de Valores. Com o vandalismo das sedes dos três poderes, o apelo ressentido para as multidões irem às ruas não rolou.

Ali, começou a recuperação do sentido da política sob o Estado de direito democrático: um regime capaz de lidar com os conflitos sociais em um ambiente onde os oponentes são vistos na condição de adversários, em vez de inimigos contra os quais se justificaria a eliminação simbólica e física. A lógica obtusa da guerra, empunhada pela extrema direita, foi derrotada pelo *habitus* parlamentar das negociações de gabinete e por uma modalidade, complementar, de enlace entre os governados e os governantes. Por exemplo, com o Plano Plurianual Participativo posto em prática pelo governo.

O PPA Participativo contribui para reinventar a ação coletiva, por canalizar as decisões federadas para o orçamento da União. Coisa que pressupõe o debate sobre prioridades estatais, projetos para a construção de uma autêntica nação e a distribuição de recursos para enfrentar os graves problemas. “Isto implica uma radical transformação da relação hoje existente entre a economia e a política”. A primeira deve ser subalterna à segunda. Dito diferente, “a economia deve servir as pessoas e não o contrário”, sublinha Rafael Valim, em *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. A revalorização da política supõe a valorização dos direitos humanos, na acepção ampla. Os mentores do caos dividem os temas, por conceber a democracia como o somatório de procedimentos formais.

Sem consolidar os direitos civis, sociais e políticos é impossível elevar a sociedade democrática até um patamar pós-capitalista, transcendendo as objeções limitadas à política neoliberal e à economia neoliberal. O combate fundamental é à “sociedade neoliberal”, *in totum*, cujos tentáculos invadem a intimidade e afetam a maneira pela qual cada um se autodefine e se reconhece, a partir da introjeção do léxico oriundo das empresas (produtividade, rentabilidade, desempenho). Não à toa, Margaret Thatcher dizia que a “racionalidade da existência muda a alma e o coração”. Os efeitos sedutores do fetichismo da mercadoria estão contidos, em embrião, no próprio modo de produção econômica.

O totalitarismo é o destino do Consenso de Washington. “Devemos esclarecer que o sistema é tanto mais resistente quanto excede a esfera mercantil e financeira em que reina o capital, produzindo a subjetividade ‘contábil’ pela criação da concorrência sistemática entre os indivíduos”, frisam Pierre Dardot e Christian Laval, em *La nouvelle raison du monde: essai sur la société néolibérale*. Então, à competitividade urge opor uma solidariedade ativa. À austeridade, mantra da financeirização nas hostes de uma governança pseudomodernizante, cabe propor um Estado de Bem-Estar Social.

Contra-hegemonia

A ditadura dos mercados é o nó da questão. No país, tal ditadura se exprime no boicote do Banco Central controlado por subsidiários do rentismo financeiro, que mantêm os juros estratosféricos (13,75%) para impedir a reindustrialização do parque produtivo brasileiro. O boicote descarado e reiterado não é um sinal de vitalidade dos podres poderes ocultos, senão da fraqueza de um modelo já rejeitado, apesar do assalto ao erário (R\$ 300 bilhões) na campanha eleitoral do genocida. “Os juros altos não apenas fizeram a dívida pública crescer como causaram uma crise de crédito que quebrou não apenas as Lojas Americanas como está produzindo recessão e desemprego”, sublinha Luiz Estrella Faria, no artigo “Lula e suas quatro frentes de batalha” (*Revista Grifo*, jun/jul 2023).

O mérito indiscutível do governo Lula está em evidenciar a crise de governabilidade neoliberal. As medidas implementadas pelo *Chicago boy*, com privatizações liquidacionistas e terceirizações para legitimar o arrocho salarial, trouxeram de volta a fome, o desalento e a morte. Só beneficiaram os ricos sem empatia com o sofrimento do povo e avessos à realização de um projeto nacional-popular de desenvolvimento. Interpretações economicistas tendem a sequestrar os conteúdos humanitários.

As políticas públicas do governo em curso empoderam o salário mínimo, a aposentadoria; garantem a moradia, a educação da creche à universidade; incrementam a formalização do trabalho, o reforço institucional às lutas pela igualdade de gênero, raça e identidade sexual. Importante: incidem na consciência da população ao estimular no senso comum uma percepção dialética não derrotista. E mais, imunizam a cidadania contra o vírus das *fake news* nas plataformas digitais e os algoritmos das *big techs*, que esvaziam o conceito de liberdade por manipular o desejo dos consumidores.

O aparelho estatal com a índole acolhedora do Deus do *Segundo Testamento*, ao revés do Leviatã guardião de desigualdades reais por trás das aparências, coloca em cena uma pedagogia que dialoga com bandeiras progressistas da conjuntura internacional. A saber: o ambientalismo da jovem ativista Greta Thunberg que negacionistas classificam de “pirralha”, para rechaçar os ideais ecológicos; a resiliência heroica das etnias originárias de matriz indígena e africana ao etnocentrismo europeu; e a luta feminista contra a misoginia e os feminicídios em disparada. No caso concreto, foram 3,9 mil homicídios dolosos (intencionais) ao longo de 2022, um aumento de 2,6% sobre o ano anterior.

Na contracorrente, articulações sociopolíticas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e as experiências de Economia Solidária, além das demandas específicas, propiciam a convivialidade de desalienação entre partícipes, já destacava Paul Singer na década de 1980, na esteira de György Lukács. Iniciativas em prol do comunitarismo presentificam a utopia socialista, em pequena escala. É o que procuram os partidos de esquerda no tratamento intrapartidário, ao romper as barreiras de escolaridade, prestígio ou renda no âmbito da militância. Com a régua do igualitarismo jacobino, antecipam o futuro com predicados universais.

Na tradição gramsciana, a fórmula para entender a construção da hegemonia em um bloco histórico é “Estado + sociedade civil = Estado ampliado”. Quando a sociedade civil constitui uma rede de movimentos sociais e entidades e, pela vontade majoritária, estabelece no Executivo um governo avançado (antineofascista, antineoliberal, antineoconservador) um outro paradigma civilizacional ganha corpo. Vide o Brasil atual. Embora as limitações, uma liderança moral e intelectual contra-hegemônica inicia a reconfiguração das várias dimensões da vida social. Com resíduos culturais de ancestrais que sobreviveram ao colonialismo predatório e extrativista, abre-se um novo horizonte.

Aos poucos, a esperança parece transitar da colônia de exploração para um povoamento, mesmo tardio. Nesta perspectiva, a organização dos trabalhadores constrói a aventura da emancipação ao confrontar o sistema de dominação, na epopeia ideológica que tem a necropolítica, de um lado e, de outro, o exercício da democracia numa “sociedade regulada” (o socialismo). Quem fica, quem vai?

**Luiz Marques é professor de ciência política na UFRGS. Foi secretário estadual de cultura do Rio Grande do Sul no governo Olívio Dutra.*

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)